

Superávit até novembro já supera a meta

O Brasil cumpriu com um mês de antecedência a promessa feita ao FMI e aos bancos credores, e garantiu superávit de 6 bilhões 48 milhões de dólares em novembro, na sua balança comercial. Ao anunciar os números, ontem, o diretor da Cacex, Carlos Viacava, admitiu que poderá chegar a 6 bilhões 500 milhões em dezembro, mas mostrou-se mais cauteloso quanto a 1984: o superávit de 9 bilhões dependerá das safras.

Quanto às novas regras para a exportação e importação, acrescentou que o orçamento em 1984 deve elevar o saldo dos financiamentos a Cr\$ 4 trilhões 630 bilhões, passando os juros dos atuais 60% para "a faixa de 75% a 80%, se prevalecer a opinião da Cacex". Com a desburocratização e a descentralização, Carlos Viacava pretende facilitar as importações da iniciativa privada, que segundo seus cálculos poderão crescer 30%, mantendo-se o total de 15 bilhões 500 milhões de dólares com a redução nas compras de petróleo.

AEB é contra

O diretor da Cacex recebeu, pela manhã, o industrial Laerte Setúbal, que na sexta-feira assume oficialmente a presidência da Associação de Exportadores Brasileiros. À saída, Setúbal afirmou que vai apelar aos Ministros Emane Galvães e Delfim Neto para não mexer nos incentivos concedidos à exportação, durante o ano de 1984. Ele está informado de que o Governo examina a elevação dos juros para os exportadores dos atuais 60% anuais, fixos, para até 95% da correção monetária mais 3%. "Para chegar ao superávit de 9 bilhões de dólares, precisamos de volume de mercadorias, preço e incentivos" — assinalou o empresário.

Em entrevista, Carlos Viacava disse que "maxi, só se houver maxinflação", afastando a hipótese de o Governo recorrer novamente à maxidesvalorização do cruzeiro para garantir o superávit de 9 bilhões de dólares em 1984, impulsionando as vendas de manufaturados, caso haja quebra na safra agrícola. Ele espera chegar ao superávit com as seguintes medidas, anunciadas ontem:

Manutenção do crédito-prêmio de 11% até dezembro de 1984; eliminação do Imposto de Exportação sobre os produtos agrícolas, até 31 de março (atualmente o imposto incide sobre o algodão — 10% —, soja, carne, milho, cacau, ramo, sisal, madeira e seda — 5%); e manutenção da política cambial, com as minidesvalorizações acompanhando a inflação.